

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Graduação em Ciências Contábeis

TAXA DE JUROS: contribuições à economia brasileira

Belo Horizonte

2015

TAXA DE JUROS: contribuições à economia brasileira

Trabalho Interdisciplinar apresentado às disciplinas do 3º Período Noite do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professores:

Anete Roese
Denise Pimenta Nacle Silva
Ev Angela Batista Rodrigues de Barros
Marcilio Nascimento Soares
Pedro Paulo Moreira Pettersen
Rafael Ornelas Machado
Rosangela Gontijo
Sabino Joaquim de P Freitas

Belo Horizonte

2015

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – TAXA DE JUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA	4
2.1 – Juros	4
2.2 – Taxas de juros	5
2.3 - O que é a taxa Selic	5
2.4 – Relação entre taxa de juros e a economia brasileira	8
2.5- Papel do contador no período de inflação.	10
2.6 - Alterações nas demonstrações contábeis com as taxas de juros	10
2.7- Estabelecendo as alterações dos tributos com a inflação atual	10
2.8– Estabelecendo as alterações macroeconômicas sobre a relação da taxa de juros e inflação.	11
2.9 – Papel Social da taxa de juros.	12
3 – CONCLUSÃO	14
REFERÊNCIAS	16

1 – INTRODUÇÃO

As taxas de juros constituem uma das variáveis macroeconômicas mais fundamentais para o bom funcionamento da economia. Equilibrar bem a taxa de juros é tarefa de primordial importância, pois os juros têm papel fundamental na determinação do nível de atividade, do emprego, da taxa de câmbio e de outras variáveis econômicas.

A taxa de juros é o instrumento utilizado pelo BC (Banco Central) para manter a inflação sob controle. Se os juros caem muito, a população tem maior acesso ao crédito e consome mais. Por outro lado, se os juros sobem, a autoridade monetária inibe o consumo e investimento, a economia desacelera e evita-se que os preços subam, ou seja, que ocorra inflação.

Desta forma o objetivo deste trabalho é analisar como as taxas de juros podem contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira.

2 – TAXA DE JUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA

No Brasil, o governo federal emite títulos públicos e, por meio da venda deles, toma empréstimos para financiar a dívida pública no país e outras atividades como educação, saúde e infra-estrutura. Quem compra esses títulos aplica seu dinheiro para, em troca, receber uma contrapartida: os juros. Mas quem define é o Banco Central, que administra os leilões de títulos do governo e define uma remuneração sobre eles, que é a taxa básica de juros (AIDAR,2006).

2.1 – Juros

Segundo Fonseca (2004), juros é o rendimento que se obtém quando se empresta dinheiro por um determinado período. Os juros são para o credor (aquele que tem algo a receber) uma compensação pelo tempo que ficará sem utilizar o dinheiro emprestado.

De acordo com o Banco Central Brasileiro existem as seguintes modalidades de juros no mercado financeiro:

- ✓ **Juros compostos** – Quando os juros são pagos não apenas sobre o valor do principal, mas também sobre os juros obtidos em relação ao principal nos períodos anteriores.
- ✓ **Juros de Mora** – Também conhecido como juros de atraso, o termo define as taxas de juros cobradas pelas administradoras de cartão de crédito no caso de atraso de pagamento. O Código de Defesa do Consumidor estabelece como sendo de no máximo 2%.
- ✓ **Juros Nominais** – Inclui a correção monetária do valor emprestado. Em geral as taxas oferecidas nas principais modalidades de financiamento são expressas em termos nominais, ou seja, sem descontar a inflação no período.

- ✓ **Juros reais** – A taxa real de juros é determinada como sendo a taxa que incide sobre um empréstimo (ou financiamento) sem incluir a correção monetária do montante emprestado. Em condições de inflação zero os juros reais e nominais são iguais.
- ✓ **Juros retroativos** – Os juros rotativos são os juros cobrados pelo atraso no pagamento da sua fatura de cartão de crédito, ou sobre a diferença financiada.
- ✓ **Juros simples** – Ao contrário dos juros compostos, neste caso o juro é pago apenas sobre o valor do principal (ou montante) do empréstimo ou aplicação.
- ✓ **Juros sobre capital próprio** – Os juros sobre capital próprio são pagos com base no lucro retido pela empresa nos anos anteriores, é uma das formas de remuneração que uma empresa pode dar aos seus acionistas, a outra sendo o pagamento de dividendos.

2.2 – Taxas de juros

As taxas de juros são calculadas de acordo com alguns fatores como, a inflação em vigor, com o que foi acordado no contrato ou com o risco do empréstimo para o credor (STUBER, 2004).

Ainda segundo Stuber, as taxas podem ser maiores ou menores numa relação proporcional ao tamanho do risco.

No Brasil, os bancos utilizam uma taxa de referência básica, criada em 1979 pelo Banco Central do Brasil, chamada Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Essa taxa também é utilizada na delimitação das taxas de juros para o comércio.

2.3 - O que é a taxa Selic

Segundo Andrade (2009) a taxa Selic é a taxa média de juros dos

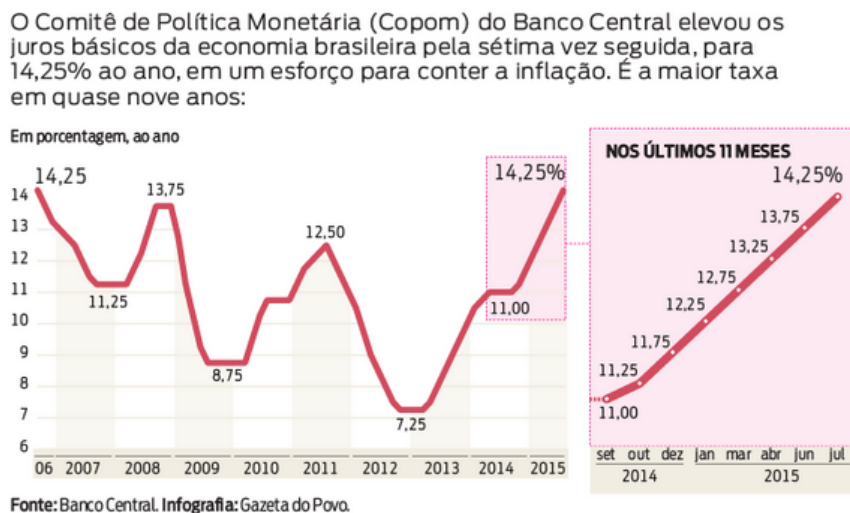
financiamentos diários realizados entre instituições financeiras e que têm lastro em títulos públicos federais. Em outras palavras, é a taxa média de juros dos empréstimos feitos entre bancos com a duração de um dia, para os quais aqueles que estão captando os recursos deixam como garantia títulos públicos federais. São as chamadas operações compromissadas.

Os bancos lançam mão dessa forma de financiamento porque, ao fim do dia, o tamanho de suas reservas precisam atender às exigências do Banco Central para que o sistema financeiro se mantenha saudável.

Assim, as instituições financeiras que têm menos dinheiro que o necessário recorrem a empréstimos com aquelas que têm recursos sobrando.

A taxa Selic diária é variável, pois depende da oferta e demanda por empréstimos entre as instituições financeiras. O valor da taxa pode, desta forma, ficar um pouco acima ou um pouco abaixo do valor estabelecido como meta pelo Banco Central (LUNDBERG, 2011).

Para que a Selic se direcione para a meta estabelecida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central da País (Copom), o Banco Central faz operações de compra e venda de títulos públicos.



Ao comprar títulos públicos das instituições financeiras, a quantidade de dinheiro em circulação na economia aumenta. Como a taxa de juros nada mais é que o custo do dinheiro, a maior oferta de recursos faz a Selic cair (LICHAND, 2009).

Por outro lado quando a intenção é tirar dinheiro de circulação, o BC vende títulos, e a Selic sobe, pois o dinheiro fica mais escasso.

É importante frisar que o BC não emite os títulos públicos no Brasil, apenas o Tesouro Nacional pode emití-los atualmente. Mas o BC é a entidade que tem o monopólio da emissão da moeda, e é por meio da compra e venda de títulos e do estabelecimento da meta da taxa Selic que ele controla a quantidade de moeda que circula na nossa economia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

De acordo com a Receita Federal do Brasil a Selic é uma sigla para Sistema Especial de Liquidação e Custódia, para títulos federais relativa ao mês de setembro de 2015, aplicável no pagamento, na restituição, na compensação ou reembolso de tributos federais exigível a partir de primeiro de outubro de 2015 é de 1,11%

Mês/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	1,43%	1,08%	0,93%	1,05%	0,66%	0,86%	0,89%	0,60%	0,85%	0,94%
Fevereiro	1,15%	0,87%	0,80%	0,86%	0,59%	0,84%	0,75%	0,49%	0,79%	0,82%
Março	1,42%	1,05%	0,84%	0,97%	0,76%	0,92%	0,82%	0,55%	0,77%	1,04%
Abril	1,08%	0,94%	0,90%	0,84%	0,67%	0,84%	0,71%	0,61%	0,82%	0,95%
Mai	1,28%	1,03%	0,88%	0,77%	0,75%	0,99%	0,74%	0,60%	0,87%	0,99%
Junho	1,18%	0,91%	0,96%	0,76%	0,79%	0,96%	0,64%	0,61%	0,82%	1,07%
Julho	1,17%	0,97%	1,07%	0,79%	0,86%	0,97%	0,68%	0,72%	0,95%	1,18%
Agosto	1,26%	0,99%	1,02%	0,69%	0,89%	1,07%	0,69%	0,71%	0,87%	1,11%
Setembro	1,06%	0,80%	1,10%	0,69%	0,85%	0,94%	0,54%	0,71%	0,91%	1,11%
Outubro	1,09%	0,93%	1,18%	0,69%	0,81%	0,88%	0,61%	0,81%	0,95%	
Novembro	1,02%	0,84%	1,02%	0,66%	0,81%	0,86%	0,55%	0,72%	0,84%	
Dezembro	0,99%	0,84%	1,12%	0,73%	0,93%	0,91%	0,55%	0,79%	0,96%	

Fonte: Site da Receita Federal do Brasil - Outubro/2015

Taxa de juros Selic – Acumulados

A Receita Federal institui que, os juros de mora, incidentes sobre tributos federais, cujos os fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º de janeiro de 1995, devem ser calculados, no mês de outubro de 2015, nos percentuais

abaixo indicados, conforme em que venceu o prazo legal para pagamento de acordo com a tabela a seguir:

Mês/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
janeiro	119,99	102,38	88,60	77,50	65,56	56,45	46,88	35,81	27,93	19,76	9,27
fevereiro	118,77	101,23	87,73	76,70	64,70	55,86	46,04	35,06	27,44	18,97	8,45
março	117,24	99,81	86,68	75,86	63,73	55,10	45,12	34,24	26,89	18,20	7,41
abril	115,83	98,73	85,74	74,96	62,89	54,43	44,28	33,53	26,28	17,38	6,46
maio	114,33	97,45	84,71	74,08	62,12	53,68	43,29	32,79	25,68	16,51	5,47
junho	112,74	96,27	83,80	73,12	61,36	52,89	42,33	32,15	25,07	15,69	4,40
julho	111,23	95,10	82,83	72,05	60,57	52,03	41,36	31,47	24,35	14,74	3,22
agosto	109,57	93,84	81,84	71,03	59,88	51,14	40,29	30,78	23,64	13,87	2,11
setembro	108,07	92,78	81,04	69,93	59,19	50,29	39,35	30,24	22,93	12,96	1,00
outubro	106,66	91,69	80,11	68,75	58,50	49,48	38,47	29,63	22,12	12,01	---
novembro	105,28	90,67	79,27	67,73	57,84	48,67	37,61	29,08	21,40	11,17	
dezembro	103,81	89,68	78,43	66,61	57,11	47,74	36,70	28,53	20,61	10,21	

Fonte: Receita Federal do Brasil - Outubro/2015

2.4 – Relação entre taxa de juros e a economia brasileira

A taxa Selic no Brasil é historicamente alta em relação a outros países, principalmente os países desenvolvidos, onde ela se aproxima de zero (MINELLA, 2011). Ou seja, o Brasil é um país onde a renda fixa (investimentos em que o investidor empresta dinheiro para empresas e para o governo e ganha juros por isso) tem sido favorecida, mesmo após nossa estabilização econômica com o Plano Real (MODENESI, 2012).

Para Cardim de Carvalho (2007), juros altos em geral estão associados à alta inflação. O governo trabalha com uma meta de inflação anual em torno de 4,5% a.a. Sendo que a expectativa de inflação para esse ano já ultrapassou os 6,5% a.a. Isso significa que os consumidores, as empresas e o governo vinham gastando mais que a oferta de bens e/ou serviços. Isso tende a elevar o preço (pela tão falada lei da demanda e da oferta) das coisas.

Segundo Oreiro (2008) juros altos também são sinônimos de dívidas caras com dificuldade em quitá-las, principalmente quando estão atrasadas. A inadimplência, portanto, é uma ameaça real à saúde financeira do brasileiro.

Aidar (2006) afirma que, o aumento da taxa Selic pelo governo é uma ferramenta adotada para que se consiga controlar a quantidade de dinheiro que circula na nossa economia. Ao tornar a taxa de juros mais alta, o governo faz o papel de incentivador para a população poupar gastos, gerando impactos no investimento de empresas e no consumo das famílias. Este impacto gera um efeito negativo na economia.

“Ao inibir o consumo e os investimentos, o juro mais alto diminui o ritmo dos mercados fazendo que o crescimento seja pequeno. É uma escolha difícil para governantes de qualquer país e um dilema que a presidente Dilma tem enfrentado desde o início do mandato (MESQUITA,2014).”

Portanto o aumento da SELIC desestimula o consumo, diminuindo a demanda (procura por bens e/ou serviços), impedindo que os preços continuem a subir e, quem sabe, até comecem a cair. Em poucas palavras, o objetivo do governo, ao elevar a SELIC, é controlar a inflação (SERRANO, 2011).

Por outro lado, a Selic acaba servindo como parâmetro não só para a remuneração dos títulos públicos, como para os custos dos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas e, conseqüentemente, para a atratividade de todas as atividades produtivas (LOYO, 2009).

Para Bacha (2001) quando a atividade econômica esta desacelerada, o aumento da quantidade de moeda em circulação e a conseqüente queda da taxa Selic fazem com que os empréstimos se tornem mais abundantes e baratos e as atividades econômicas produtivas se tornem mais atraentes.

Dessa forma, há uma maior rentabilidade da Selic com investimentos que não sejam feitos em títulos públicos, tanto para empresas quanto para pessoas físicas. Da mesma maneira, fica mais fácil consumir, pois o crédito é mais acessível e barato.

Contudo, quando a atividade econômica está aquecida demais, a oferta de bens e serviços pode acabar não atendendo à demanda, fazendo com que os preços tenham uma elevação geral.

2.5 - Papel do contador no período de inflação.

O Contador deixou de fornecer simplesmente as informações econômico-financeiras, para participar do processo de tomada de decisões, interpretando, analisando e orientando sobre as estratégias de uma organização.

Em um período em que a economia está inflacionada a informação correta e verídica é ainda mais importante possibilitando ao mercado uma informação segura, demonstrando a real situação econômica. Para isso o papel do contador é observar e aplicar as alterações na legislação vigente que ocorre frequentemente em períodos que a inflação está elevada, auxiliar o empresário a entender o mercado possibilitando a redução de custos e a composição do mesmo devido ao aumento da carga tributária. Proporcionando assim uma possível estabilidade no mercado competitivo.

2.6 - Alterações nas demonstrações contábeis com as taxas de juros

Em um período inflacionário, ativos de natureza monetária, como o disponível, realizável e exigível são, na maioria das vezes, demonstrados na moeda com o atual poder de aquisição. Porém ativos não monetários, como o imobilizado, os estoques, o capital integralizado, investimentos e aplicações financeiras, podem estar demonstrados por valor formado em diversos exercícios, por moedas com vários níveis de poder de aquisição. Com a inflação estes ativos perdem valor, sendo necessário realizar correções monetárias para que no período os valores sejam fidedignos nas demonstrações contábeis.

2.7- Estabelecendo as alterações dos tributos com a inflação atual

A tributação federal, estadual e municipal vigente está diretamente ligada a inflação do período. Para controlar os gastos, aumenta se a arrecadação com impostos no intuito de cobrir despesas governamentais e

sociais, o governo realiza alterações nos tributos visando equilibrar as receitas e as despesas.

Esse aumento da carga tributária é resultado de uma política econômica ruim do país. Um mercado inflacionado gera uma baixa expectativa de investimento e aumento dos preços. Como a política do governo é ineficiente ele precisa aumentar os impostos para cobrir as suas despesas. Elevando os impostos estabelecendo uma crise econômica.

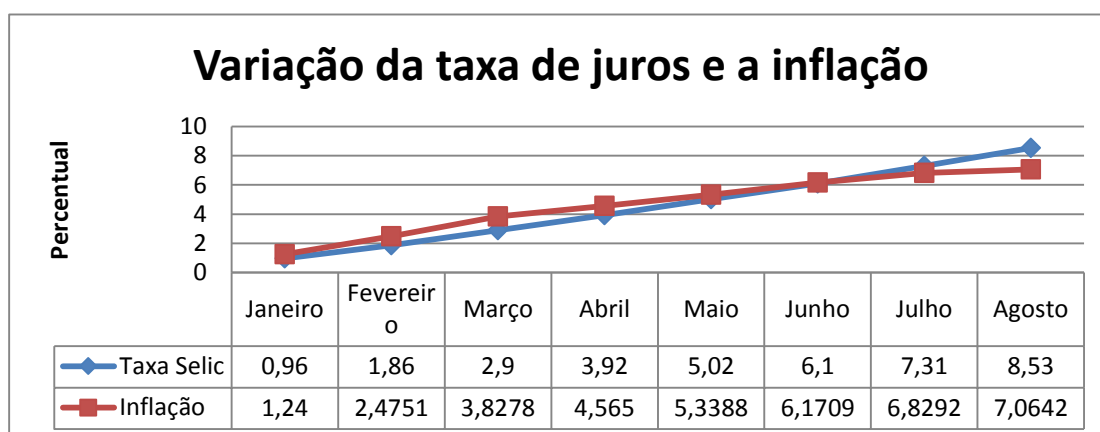
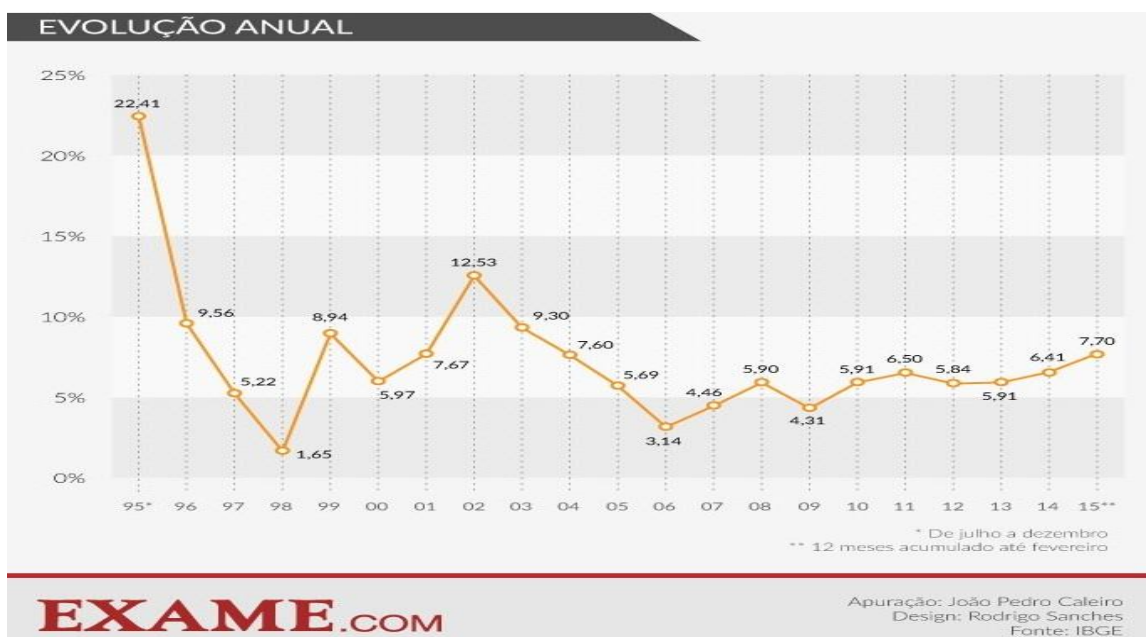
2.8 – Estabelecendo as alterações macroeconômicas sobre a relação da taxa de juros e inflação.

Durante um período inflacionário a taxa de juros é utilizada para controlar a inflação do país, quando os produtos aumentam os seus preços consequentemente aumenta a inflação.

O Brasil possui um sistema de metas para controlar a inflação aplicada pelo Banco Central, o índice de medição é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Caso o Banco Central verifique que a inflação possa superar a meta de determinado período, realiza a política monetária de elevação da taxa de juros, a Selic. Com o aumento da taxa de juros os consumidores tendem a diminuir suas compras, devido ao aumento do financiamento e empréstimos realizados pelo banco, a partir deste processo a inflação aos poucos vai diminuindo.

Além deste mecanismo há outros que podem controlar a inflação, em curto prazo o corte de gastos do governo, em longo prazo a expansão da capacidade produtiva do país aumenta a oferta de produtos o que consequentemente reduz o preço dos produtos.

A seguir está representado graficamente a situação da inflação no decorrer dos anos e a variação entre a taxa de juros.



Fonte: <http://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic> ; <http://br.advfn.com/indicadores/ipca/2015>

2.9 – Papel Social da taxa de juros.

A taxa de juros contribui significativamente para a economia, mas também possui um importante papel social, com o aumento das taxas de juros a dificuldade da população realizar empréstimos e pagar seus financiamentos aumenta o que prejudica aos que estão com dificuldades financeiras e incentiva aos que estão estáveis a pouparem dinheiro, outro ponto negativo e a diminuição de investimentos em obras públicas, devido o déficit no orçamento governamental. A geração de empregos e outro quesito importante, quanto à taxa de juros está baixa, estimula crescimento econômico aumenta a empregabilidade das pessoas e consequentemente seu padrão de vida.

Contudo a taxa de juros está diretamente ligada ao cotidiano da sociedade, tem papel social diretamente ligado ao padrão de vida da população, controlando e mudando hábitos de consumo com itens necessários e supérfluos.

3 - CONCLUSÃO

Diante dos estudos, bem como das pesquisas realizadas, podemos concluir através do presente trabalho que, as taxas de juros são de grande importância para a economia brasileira. Uma das taxas mais importantes, é a taxa Selic, criada pelo Banco Central do Brasil que, está ligada diretamente a inflação do país.

Foi observado que a taxa Selic é uma ferramenta adotada pelo governo para controlar a quantidade de dinheiro que circula na nossa economia e ao tornar a taxa de juros mais alta, faz com que a população poupe gastos, gerando impactos no investimento de empresas e no consumo das famílias. Fazendo com que o impacto seja negativo na economia para controlar a inflação. Com a baixa da Selic e a economia desacelerada deixando mais moedas em circulação, se torna mais fácil consumir, pois o crédito fica mais barato e acessível. Mas, quando a economia está aquecida demais, a oferta pode não atender à demanda, fazendo com que os preços se elevem.

O Brasil possui um sistema de metas para controlar a inflação aplicada pelo Banco Central, o índice de medição é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Caso a inflação supere uma meta determinada, há uma elevação na Selic, fazendo com que os consumidores comprem menos devido ao aumento do financiamento e empréstimos do banco, e com isso, aos poucos a inflação vai diminuindo. No curto prazo o governo pode cortar gastos e em longo prazo a expansão da capacidade produtiva do país aumenta a oferta de produtos o que reduz o preço dos produtos.

No período de inflação, o contador tem um grande dever, deixar de fornecer as informações econômicas financeiras, para que possa participar do processo de tomada de decisões, interpretando, analisando e orientando sobre as estratégias da organização, aplicando as alterações vigentes para auxiliar na redução de custos e a composição do mesmo devido ao aumento da carga tributária para a melhor compreensão do empresário.

Vale ressaltar que, o aumento da carga tributária é resultado de uma política econômica ruim do país, porque a política do governo é

ineficiente, fazendo com que os impostos se elevem para cobrir as despesas o que acarreta numa crise econômica.

Contudo a taxa de juros está diretamente ligada ao cotidiano da sociedade e estando diretamente ligado ao padrão de vida da população.

REFERÊNCIAS

AIDAR, O. A. B. (2006) "Os Preços Administrados e a Condução de Política Monetária no Brasil". Dissertação de Mestrado. EESP-FGV.

ANDRADE, J. P.; CASTRO PIRES, M. C. (2009) "A transmissão da política monetária pelo canal do efeito riqueza no Brasil". In: Política monetária, Bancos Centrais e Metas de Inflação. Orgs: Oreiro, Paula e Sobreira: FGV Editora, pp. 209-235.

BACHA, E. (2011) "Além da Tríade: Como Reduzir os Juros?" In: Novos dilemas de política econômica: Ensaio em homenagem a Dionísio Dias Carneiro. Orgs: E. Bacha e M. de Bolle: LTC.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2010) "O Poder da Política Monetária no Brasil". Boxe do Relatório de Inflação, Junho de 2010.

CARDIM DE CARVALHO, F. J.; PIRES de SOUZA, F. E; SICSU, J. STUART, PAULA, L. F. (2007). Economia Monetária e Financeira. Editora Campus, 2ª Edição.

FONSECA, Rodrigo Garcia da. "Os juros e o Novo Código Civil", in Revista de Direito Bancário e do [Mercado](#) de Capitais. Ed. Revista dos Tribunais. ano 7. outubro-dezembro de 2004, p. 67-110;

LICHAND, G.; GALA, P.; JARDIM, E. F. (2009) "Microfundamentos da Macroeconomia: Notas Críticas". Estudos Econômicos, v. 39, nº 4.

LOYO, E. (2006) "Política Monetária e Alongamento da Dívida Pública". In: Mercado de capitais e dívida pública: tributação, indexação e alongamento; Orgs.: E. Bacha e L. C. Oliveira Filho; Contra Capa Livraria.

LUNDBERG, E. L. (2011) "Bancos Oficiais e Crédito Direcionado - O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?" Trabalhos para Discussão nº 258, BCB.

MESQUITA, M. (2014) "Esquenta o debate". Jornal Valor Econômico, 16/01/2014.

MINELLA, A.; SOUZA-SOBRINHO, N. F. (2011) "Canais Monetários no Brasil Sob a Ótica de um Modelo Semiestrutural". In: BCB, Dez Anos de Metas Para Inflação 1999-2009, BCB.

MODENESI, A.; MODENESI, R. L. (2012) "Quinze Anos de Rigidez Monetária no Brasil Pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa". Revista de Economia Política, v. 32, nº 3 (128), pp. 389-411.

OREIRO, J. L; AMARAL, R. Q. (2008) "Relação Entre o Mercado de Dívida Pública e a Política Monetária no Brasil". Revista de Economia Contemporânea, v. 13.

SERRANO, F.; SUMMA, R. (2011) "Política Macroeconômica, Crescimento e Distribuição de Renda na Economia Brasileira dos anos 2000". CECON-UNICAMP.

STUBER, Walter Douglas e MONTEIRO, Manoel Ignácio Torres. "A questão dos juros no âmbito do atual Código Civil", in Revista Jurídica Consulex. Ed. Consulex. ano 8. nº 172. 15 de março de 2004, p. 33.

Idg.receita.fazenda.gov.br. Receita Federal do Brasil. Acesso em 23/09/2015, às 16:40 hs.

www.bcb.gov.br. Banco Central do Brasil. Acesso em 21/09/2015, as 19:15 hs.

<http://br.advfn.com/economia/inflacao/brasil/controle>. Acesso em 05/10/15, as 14:00 hs.

<http://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic>. Acesso em 29/09/2015, às 15:40 hs.

http://www.acionista.com.br/graficos_comparativos/indicadores-mercado.htm. Acesso em 29/09/2015, às 15:50 hs.

http://www.seuconsultorfinanceiro.com.br/artigos_economia.php?secao=44&parmetro=869. Acesso em 29/09/2015, às 16:28 hs.